



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIÁRIO
DA ASSEMBLEIA REGIONAL

Presidente: Deputado Reis Leite

Secretários: Deputados Jorge Cabral e Manuel Goulart

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 10.00 horas.

A Assembleia concluiu a apreciação do **Programa do IV Governo Regional dos Açores**.

Produziram intervenções finais os Srs. Deputados Paulo Valadão (PCP), Rui Meireles (CDS), Martins Goulart (PS) e Borges de Carvalho (PSD), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional, Mota Amaral.

No decorrer da sua intervenção, o Deputado Martins Goulart (PS) apresentou uma **Moção de Rejeição do Programa do IV Governo Regional dos Açores, da autoria do Grupo Parlamentar do Partido Socialista**, a qual foi submetida à votação, tendo sido rejeitada por maioria.

Produziram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Valadão (PCP), Rui Meireles (CDS) e Madruga da Costa (PSD).

Passou-se de seguida à votação do Programa do IV Governo Regional dos Açores, o qual foi aprovado por maioria.

Seguidamente foi apreciada uma **Proposta de Decreto Legislativo Regional que altera o Orçamento e o Plano para 1988**.

Feita a apresentação da Proposta pelo Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento, Gualter Furtado, usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Francisco Sousa (PS), Paulo Valadão (PCP), Alvarino Pinheiro (CDS) e Borges de Carvalho (PSD), bem como o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento, Gualter Furtado.

Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, tanto na generalidade como na especialidade.

Finalmente, foi aprovada por unanimidade uma **Proposta de Resolução da Mesa da Assembleia Regional dos Açores declarando findo o período legislativo de Novembro**.

Os trabalhos terminaram às 12.50 horas.

Presidente: Srs. Deputados, peço a vossa
atenção para a chamada.
(Eram 10,00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam
os seguintes Deputados: PSD - Adelaide Teles,

Alvaro Pacheco, António Gaspar Silva, António Silveira, António Varão, Artur Martins, Carlos Teixeira, David Santos, José da Terra, Francisco José Silva, Henrique Oliveira Rodrigues, José Carlos Simas, Jorge Cabral, José Maria Bairos, José Ramos Aguiar, Madrugada da Costa, Manuel Valadão, Tomaz Duarte, Melo Alves, Regina Cunha, Reis Leite, Renato Moura, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; **PS** - Albano Pimentel, António Cordeiro, António Gomes, António Oliveira Rodrigues, Victor Ramos, Carlos Mendonça, Dionísio Sousa, Duarte Pires, Fernando Fonte, Francisco Sousa, Hélio Pombo, João de Sousa Braga, José Gabriel Lopes, Luís Filipe Cabral, Manuel Carvão Júnior, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Martins Goulart, Carlos Pinto, Renato Leal, Ricardo Barros, Rogério Serpa; **CDS** - Alvarino Pinheiro, Rui Meireles; **PCP** - Paulo Valadão).

Presidente: Estão presentes 50 Srs. Deputados. Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

O primeiro ponto da nossa ordem de trabalhos é a **conclusão da apreciação do Programa do Governo.**

Ontem tinham acabado as inscrições dos Srs. Deputados para o debate, de forma que estamos em condições de poder passar ao encerramento do mesmo.

Para uma intervenção final, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Chegou ao fim o debate do Programa do IV Governo Regional.

A grande questão que à partida se punha era a de se saber se, sim ou não, o actual Governo do PSD iria apresentar um Programa que reflectisse, da parte do Governo, uma ponderação atenta da evolução política regional recente.

Desde 9 de Outubro notaram-se algumas diferenças na actuação política visível do Governo e das suas principais figuras. A mais relevante dessas diferenças será a tese da autonomia sem conflitos ou da autonomia tranquila, como também já foi chamada.

Assume também alguma relevância parte da composição e distribuição de competências no Governo Regional; e, até, no seio do PSD, a composição da própria Direcção do Grupo Parlamentar.

Estes procedimentos esboçam, por um lado, uma tentativa de criar uma nova imagem isenta de agressividade institucional, que caracterizou a terceira legislatura e, por outro lado, visam também, em termos de imagem e em termos internos, apresentar uma coesão, que se tinha ido degradando

progressiva e publicamente.

Ao contrário do que alguns pensam, a imagem não é tudo, nem é o essencial em política.

O que pesa de forma determinante são as políticas que se concebem e executam e a forma como tal é feito.

Neste aspecto o Programa do Governo é elucidativo, pois demonstra que o PSD e o seu Governo, podendo ser capazes de retocar a imagem num ou noutro aspecto, são incapazes de alterar com profundidade e oportunidade aspectos da sua política, que a vida demonstrou serem inadequados.

Este programa é um programa de antes de 9 de Outubro, isto é, é um programa altaneiro e vazio, próprio de quem se sente seguro.

As formulações são tão vagas e gerais que a relação com a política concreta pode ser estabelecida de várias formas.

As inovações são tão escassas que nem o Governo, nem o seu Partido, as sublinharam claramente.

As fundamentações são concebidas com o vício próprio de quem pensa que não tem que dar explicações.

O PSD recebeu o mandato de formar Governo - ninguém o nega.

Mas o PSD recebeu também o sinal de que muitas políticas não são aceites e muitas práticas são condenadas - também ninguém pode negar isto.

O Governo Regional contudo mostrou-se, com este Programa, incapaz de captar essa mensagem.

A futura próxima discussão do Plano de Médio Prazo e do Plano e Orçamento Anual, será certamente o teste mais decisivo a esta postura governamental. A este propósito, há que dizer desde já que se o Governo e o PSD adoptarem a atitude, autoritária e fechada, da não aceitação de qualquer proposta de alteração, então, ter-se-á que concluir que a concepção democrática governamental é uma concepção ausente da prática.

A valorização da Assembleia Regional, enquanto órgão de Governo próprio com poderes determinantes, é uma condição essencial para se aferir se se quer avançar, ou não, no caminho da plena democratização do funcionamento do sistema autonómico.

A todos os partidos aqui representados, à maioria e à oposição, aos grupos parlamentares grandes e aos partidos com pequena representação, cabe a responsabilidade de contribuírem com a sua acção, participação e propostas para que essa dignificação seja atingida.

No momento em que se encerra o debate de um mau e insuficiente Programa do Governo e em que se inicia uma legislatura, desde logo marcada pelo facto de haver um equilíbrio numérico notório entre a maioria e as forças da oposição, torna-se necessário sublinhar a enorme responsabilidade que esta Assembleia objectivamente tem. Responsa-

bilidade tão ampla que não é sequer de pôr de lado a possibilidade de ao longo dos próximos anos poder vir a haver debates e decisões tomadas ao abrigo de figuras regimentais anteriormente nunca usadas, como por exemplo a moção de censura.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A nossa Região Autónoma colocam-se no presente e no futuro imediato desafios de grande envergadura e dimensão.

Este programa do Governo não enfrenta de forma directa, nem dá respostas claras a esses desafios.

Toda a questão que se prende com o futuro da economia regional é tratada de forma limitada e quase apagada.

As concepções estruturais da economia não visam potenciar todas as possibilidades e disponibilidades.

A afirmação da opção leite-lacticínios-carne, sendo importante a nível do sector primário, neste actual contexto de transição para adesão plena, é feita, contudo, quase a medo e sem ser acompanhada da explicação das razões e oportunidade de tal opção.

A afirmação do turismo como sector a ter em projecção é feita também de forma dúbia e de modo a suscitar a legítima suspeita de que a nova orientação será de reduzir os destinos turísticos e de promover uma concentração de meios vultuosos em outras mãos.

Com a economia posta em causa esperar-se-ia um programa inovador, audacioso e criativo. Nada disso consta deste programa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nas questões sociais o programa não é melhor.

O PSD arvorou em temas centrais da campanha eleitoral três questões sociais importantes: a habitação; a educação pré-escolar e a juventude, num sentido global.

Firmou-se a opinião, incluindo no PSD, que haveria que alterar em profundidade a política de habitação; adoptou o PSD, em palavras de propaganda, a tese de outros, que sempre se recusou a aprovar, segundo a qual a cobertura integral da Região pela educação pré-escolar era essencial para combater o insucesso; atirou o PSD para a primeira linha de propaganda os jovens participantes e usufrutuários do poder, a "reclamarem" em nome da JSD uma nova política de juventude.

Mas tudo isso passou e neste programa não são assumidos quaisquer compromissos concretos sobre estas matérias. Apesar da política social ter uma cota parte substancial de responsabilidade na expressão do descontentamento que veio ao de cima em 9 de Outubro, nem assim este Governo

quis pensar uma política social, que seja humanista no conteúdo e não na apressada roupagem de palavras com que a procuram vestir.

Esta Região, conduzida pelo Governo PSD, foi-se desgastando em sucessivos e cada vez mais irracionais embates e conflitos institucionais. A maioria PSD foi sempre limitando o papel da Assembleia Regional e foi-se recusando a usar muitas das prerrogativas constitucionais que temos.

A alteração do estatuto já tem quase dois anos, mas a alteração do sistema fiscal ainda não avançou. Vão, apesar de tudo, distantes os tempos em que irreflectidamente se via a adaptação do sistema fiscal apenas como expediente para conceder isenções. A inclusão da correcção das desigualdades decorrentes da insularidade, nos objectivos da adaptação do sistema fiscal, é um objectivo há muito concluído nos documentos programáticos regionais do PCP, que o PSD recusava, mas que agora adoptou. Este facto positivo não nos faz porém ter confiança num Governo que tem sido incapaz de aprofundar um assunto tão importante.

Às dificuldades económicas, o Governo responde com um programa politicamente conservador e tecnicamente rotineiro.

Aos atrasos sociais, o Governo aplica a receita de continuidade da política que provocou esses atrasos.

Às questões institucionais e à dinâmica correcta, mas viva, criativa mas serena, que o seu tratamento deve ter, o Governo dá a resposta que normalmente dá a criança a quem partem o brinquedo, isto é, não brinca. Neste caso, o brinquedo partido era a dita autonomia progressiva, que teve que ser "tranquilizada"!

Um Governo que faz um programa para não dar resposta às questões, não poderá vir a ser um Governo capaz.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Há poucos meses atrás, seriam poucos aqueles que acreditavam ser possível que o descontentamento existente viesse a assumir expressões visíveis de acção transformadora.

Certamente que o PSD, pela forma como governava e actuava, pela forma como os seus deputados trabalhavam, pela incapacidade visível que o seu governo dava mostras, não acreditava que o descontentamento fosse tão vasto e tão possível de se transformar em acção.

A Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do Partido Comunista Português pensa que é dever de todas as forças políticas que se opõem ao PSD, de todas as forças sociais que representam os vastos sectores sociais descontentes, assumirem a responsabilidade de pela

acção consciente, coerente e continuada, criarem as condições para que se possa vir a verificar, no futuro, uma afirmação democrática regional plena.

A consolidação da Autonomia passa pela democratização do funcionamento do sistema autonómico e essa democratização só se consegue com a realização de políticas que sirvam a maioria da população.

O PCP votará contra o programa deste Governo. Fá-lo porque este programa de continuidade conservadora, não serve os interesses da Região, nem tem em conta as alterações verificadas.

No mesmo momento em que é declarada esta intenção de voto, o PCP não pode deixar de reafirmar que a sua acção política continuará a ser intensa e permanente, e não pode deixar de reafirmar a sua total disponibilidade em contribuir, conjugando os seus esforços com outros, para que nesta Região o futuro seja favorável aos verdadeiros interesses dos Açores e dos Açorianos.

A transformação desta sociedade é uma tarefa que, para ser levada a cabo, não pode ser encarada como exclusiva de ninguém e tem de ser antes realizada com a vontade plural mas convergente de muitos.

Disse.

Muito obrigado.

Presidente: Tem agora a palavra, para uma intervenção final, o Sr. Deputado Rui Meireles.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Estas eleições deram ao Governo legitimidade tangencial democrática para assumir a responsabilidade da condução política dos Açores e do seu povo. O CDS respeita a vontade popular como partido democrático que é.

O Programa do Governo é, na óptica do CDS, sobretudo, um extenso rol de intenções ao qual, por vezes, falta base ideológica segura, alguma coerência interna e realismo.

Sobeja-lhe linguagem triunfalista e eleitoralista.

De resto, quando se apontam claramente objectivos, estes são de tal forma universais que poderiam facilmente ser subscritos por qualquer outra força política.

Aliás, ao longo destes 12 anos, o grande problema dos governos sociais democratas não se colocou, sobremaneira, ao nível da fixação dos objectivos a atingir, que ao fim e ao cabo coincidiam com as aspirações do povo açoriano.

O grande problema consistiu sempre na definição dos meios e das políticas susceptíveis de proporcionarem a plena satisfação de muitos dos objectivos propostos.

É, de resto, neste domínio que as populações se vêm crescentemente a queixar e com fundamentada

razão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao longo deste debate foi facilmente constatado que os graves problemas desta Região se têm mantido sem a solução adequada, apesar de, sistematicamente, os Governos Regionais anteriores se terem comprometido a resolvê-los.

O Grupo Parlamentar do CDS, pela sua parte, contribuiu, dum forma consciente e construtiva, para a denúncia de algumas destas situações, tal como já o havia feito na legislatura anterior.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste programa continua-se a valorizar excessivamente o que tem sido feito, em vez de se equacionar o que é preciso fazer.

Mas também queremos registar que, apesar de tudo, o Governo demonstrou uma tónica mais modesta e reveladora dum certa vontade de estabelecer uma prática de diálogo com os seus parceiros políticos, sociais e institucionais. Isto, porém, não nos tranquiliza de todo, dado que, há 4 anos, tudo apontava no mesmo sentido e, no entanto, a Região mergulhou numa acentuada crise política com repercussões na própria autonomia que a todos penalizou e tudo pelo facto da maioria ter substituído o clima de diálogo pelo da **intolerância** e até, nalguns casos, incompreensivelmente se fomentou o confronto.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Muito bem!

O Orador: Neste particular, até a própria Assembleia Regional foi vítima da irreverência governativa que, por várias vezes, atropelou as competências do legislativo, como é do conhecimento de todos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voltando ao programa em discussão, apesar do Governo preconizar uma política de desenvolvimento descentralizada, na prática, assistimos, no dia a dia, à implementação de muitas medidas que visam claramente a **centralização**. E, neste domínio, não é só o Governo e as próprias empresas públicas que têm sido instrumento privilegiado da política centralizadora.

A própria política de transportes não favorece eficazmente a desejável política da descentralização e apresenta lacunas, há muito anunciadas, sempre prometidas e ainda não ultrapassadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos sectores sociais, apesar do optimismo consagrado no Programa do Governo, continuamos a constatar que, na prática, as situações de estrangulamento persistem num grau inaceitável, o que demonstra que a política do Governo Regional não tem conseguido atingir os objectivos que se havia proposto.

Na Educação, continuamos, em muitos domínios, na cauda do país, sem darmos a devida resposta aos Pais, aos Professores e aos alunos.

Na Saúde, apesar do alto elogio que este programa faz da acção governativa, continua patente aos olhos de todos as preocupantes roturas do modelo de saúde que foi implantado, onde impera a centralização e a desarticulação.

Nem ao menos se conseguiu a almejada complementaridade entre as principais unidades hospitalares regionais.

Na Habitação, outra das áreas prioritárias, as políticas regionais até agora implementadas, estão muito longe de terem atingido os objectivos que se propunham.

Esperemos que a mudança de política possa constituir a resposta que se deseja para a resolução deste magno problema.

Nos sectores produtivos, infelizmente, as inovações que este programa nos traz são poucas e não nos dão garantias de que muito irá mudar em relação ao passado, dado que o ritmo de modernização da agricultura é insuficiente.

Na área **das pescas**, o ritmo a que temos avançado não nos pode tranquilizar de forma alguma em relação ao futuro deste importante sector e ao **peso** que o mesmo deveria ter no conjunto da economia regional.

Quanto à **nossa indústria**, apesar das promessas sempre apregoadas, os resultados não são animadores.

Resta-nos a esperança de que a aposta que o Governo, neste programa, **repete**, de incrementar significativamente os apoios e incentivos ao investimento privado, tal como sempre recomendamos, possa de facto dinamizar definitivamente os empresários regionais.

Aliás, o mesmo se espera em relação ao **Turismo**. Embora não possamos partilhar do optimismo revelado pelo programa governamental relativamente ao papel que este sector possa vir a ter, num horizonte razoável, no desenvolvimento regional, acreditamos que, se o Governo, na verdade, conseguir alterar a política que até agora seguiu, muitos mais investimentos poderão, de facto, afluir a este sector.

Ainda, no domínio económico, congratulamo-nos com o ênfase dado pelo programa à política das privatizações, cuja prudência anunciada se compreende, mas com a transparência exigida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A forma como decorreu este debate não pode deixar de dar indicações claras e válidas para o Governo Regional reflectir cuidadosamente e tirar lições no sentido de reformular muitas das suas políticas e comportamento.

O Povo dos Açores merece-o.

Presidente: Tem a palavra, para uma intervenção

final, o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

O compromisso que de há longa data assumimos perante o Povo Açoriano de defender, promover a consolidação e o aperfeiçoamento da Autonomia Regional, renova-se neste momento de especial relevância para o futuro dos Açores.

Será talvez - diria sem exagero - o acto de maior responsabilidade que esta Assembleia terá de praticar durante a actual legislatura:

A decisão de confirmar ou rejeitar a investidura parlamentar do IV Governo Regional.

A Assembleia e cada deputado, individualmente, ficarão, deste modo, corresponsabilizados pelo resultado de uma escolha de enorme significação política, ao conferir ou não legitimidade institucional a um elenco governativo que ainda é um mero Governo de gestão.

Efectivamente, consoante o sentido de voto de cada deputado, teremos ou não governo para executar o Programa cuja apreciação foi exaustivamente desenvolvida ao longo do aprofundado debate, que hoje encerramos em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Confirma-se, portanto, o papel primordial e indispensável desta Assembleia na condução dos destinos da Região Autónoma dos Açores.

Somos nós - os deputados regionais no seu todo - os principais protagonistas do processo autonómico.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Muito bem!

O Orador: Este é, e continuará a ser, o órgão máximo da Autonomia Democrática.

Este é o primeiro órgão de governo próprio da Região Autónoma dos Açores.

Por isso não será demais chamar uma vez mais a atenção daqueles que, com o passar do tempo, foram acumulando vícios de comportamento - especialmente notados na prática dos executivos anteriores - foram subtil ou frontalmente reduzindo o âmbito de intervenção deste órgão, onde estão presentes os legítimos representantes do nosso Povo - desde Santa Maria ao Corvo - que a Autonomia se constrói e se consolida no respeito pela missão essencial deste órgão de governo, cujos poderes legislativos constituem, de facto, a essência da autonomia regional.

Em consequência desta realidade transparente, a defesa da dignidade deste órgão é questão prioritária a ter em conta na ocasião em que alguns de nós dão os primeiros passos na experiência parlamentar e são confrontados com o primeiro relacionamento com os representantes do poder executivo.

O Governo Regional depende da confiança política desta Câmara, será um mero executor das políticas que aqui forem aprovadas e deverá reservar-

-se para uma actuação secundária, sob pena de se subverterem os valores do regime autonómico que o Povo dos Açores confirmou sucessivamente em quatro actos eleitorais e que garantiram a estabilidade do modelo institucional da Autonomia, conforme a sua definição legal constante na Constituição da República e no Estatuto.

Devemos, portanto, colocar um elevado grau de exigência no nosso relacionamento com o poder executivo - isto é, com o Governo Regional - não só porque recai sobre os deputados o dever de fiscalizar os actos e as omissões deste governo, mas porque só poderemos cumprir o nosso mandato se o Governo respeitar os preceitos constitucionais e estatutários, reconhecendo a sua dependência hierárquica perante esta Câmara e, em todos os momentos, obrigando-se a transmitir-lhe, com clareza e precisão, os objectivos e os fundamentos das medidas de políticas que nos propõem, para que o deputado possa assumir integralmente o seu papel insubstituível e, devidamente informado, desincumbir-se das suas competências parlamentares mais importantes: as funções de legislador e de fiscalizador dos actos do Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Hoje estamos confrontados com uma decisão histórica sobre a qual um grande número de deputados já se pronunciou.

Apesar da falta de tempo útil para se conseguir uma apreciação ainda mais cuidada do Programa do Governo - causada pelo atraso inexplicável na sua entrega a esta Assembleia - não deixa de ter sido notável o esforço dos deputados da oposição - em particular, dos deputados do Partido Socialista - em analisar detalhadamente o documento que hoje votaremos, apresentando, em muitos casos, propostas alternativas, indicando objectivos e metas diferentes, identificando as lacunas e, de forma insofismável, promovendo um nível de participação parlamentar que honra o bom nome da instituição que servimos para bem do Povo dos Açores.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Ficou claramente demonstrado, durante os debates, que este Programa do IV Governo não o é!

Da litania de lugares comuns, em que avultam as repetições de conceitos filosóficos e abunda o uso cansativo da mitologia simbólica tão cara ao PSD sempre que sente a necessidade de cobrir a pobreza das suas propostas, resultou um documento cuja ineficácia salta à vista porque, no fundo, não contempla a questão essencial que qualquer programa de governo deve conter:

A definição de uma estratégia governativa baseada na hierarquização inequívoca de priorida-

des e de medidas de política geral que visem o desenvolvimento social, económico e cultural da nossa Região, promovendo o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida das nossas gentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Na sequência dos erros acumulados no decurso dos últimos doze anos em que o PSD deteve a responsabilidade exclusiva na condução dos destinos da nossa Região, repete-se o mesmo erro fundamental ao apresentar-se um Programa de Governo cuja consequência mais próxima será a de não enformar a elaboração de Planos e Orçamentos que representem uma correcta ordem de prioridades, tanto numa perspectiva sectorial, como na aplicação espacial das medidas de política cujos efeitos deveriam sempre atender à necessidade de corrigir as assimetrias inter e intra-regionais e promover o desenvolvimento harmonioso e integrado de todas as parcelas da nossa Região.

Conviria, nesta oportunidade, referir que é perante este desafio - o maior desafio que enfrentamos - que é a construção da unidade regional, em que a Autonomia tem de ser encarada como o instrumento mais adequado para a realização do progresso e da modernidade nos Açores, que o grande debate sobre a aprendizagem política referente à experiência colectiva dos últimos 12 anos deveria fazer-se. Com urgência, porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional, para aqueles que consideram que o processo Autonómico se encontra ameaçado, pelas tendências centralistas de algumas forças políticas que do exterior da Região se propõem dificultar, ou até, impedir a concretização das legítimas aspirações autonomistas do nosso Povo, temos de dar uma resposta: a responsabilidade política da defesa da autonomia depende exclusivamente de nós!

Por mais adversários que tenha no interior ou no exterior da Região, o processo autonómico será imparável e respeitado, se quisermos, de uma vez por todas, dignificá-lo perante o Povo dos Açores.

Não é com comportamentos reprováveis tantas vezes repetidos pelo responsável máximo do PSD nos Açores - e que hoje se submete à prova parlamentar da investidura do seu IV Governo - que se dá bom nome à Autonomia.

A Autonomia Regional está em crise, temos de o dizer sem rodeios. Precisamos urgentemente de concertar medidas de acção que recuperem, não só a imagem, mas, de forma muito especial, o conteúdo da mais importante opção política que todos fizemos: defender, consolidar e aperfeiçoar a Autonomia Democrática nos Açores; torná-la presente no espaço da vida das nossas comunidades - a dos residentes e também dos ausentes - transformá-la no alicerce do nosso

progresso, garantindo desta forma a solidariedade de todos e vencendo sem apelo nem agravo aqueles que por opção ideológica ou ambição de poder persistem em afrontar-nos, na tentativa, por vezes conseguida, de nos retirar direitos constitucionais e estatutariamente garantidos.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Este propósito é e será sempre o referencial da nossa actividade política.

E porque o é, não podemos deixar de assinalar uma omissão espectacular que verificamos no Programa do IV Governo Regional. Ao cabo de 14 anos de discurso político em que o PSD corporizou o dúbio conceito de autonomia progressiva, traduzido finalmente durante a última campanha eleitoral numa simples opção que se resume no aperfeiçoamento da autonomia, é particularmente significativo notar que nem uma só vez a expressão "autonomia progressiva" é referida no Programa do Governo.

Então o PSD que alardeou esta condição eleitoral como fundamental e que até serviu - no confronto com as opções programáticas apresentadas pelo PS - como elemento diferenciador das respectivas propostas eleitorais, repito, então o PSD decidiu remeter ao esquecimento tão peregrino conceito, mesmo já reduzido a uma expressão comum e redundante.

Esta alteração de compromisso eleitoral fundamenta o que aqui tive a oportunidade de dizer quanto ao conteúdo deste programa de Governo. Confirma-se mais uma vez que a razão está do lado do Partido Socialista - o PSD não cumpre e abandona as suas promessas eleitorais mesmo antes de deter capacidade política plena para executar quaisquer das opções que tenha apresentado ao eleitorado açoriano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

A análise do Programa do IV Governo foi feita pelos deputados socialistas.

Por todas as críticas apresentadas e, especialmente, pelas insuficiências do documento proposto, este não poderá ser aceite como um Programa de Governo da nossa Região Autónoma - e, nesta ocasião, apresento à Mesa uma Moção de Rejeição do Programa do IV Governo Regional.

E porque as generalidades abundam e as imprecisões que contêm pretendem fazer doutrina, julgo importante assinalar uma vez mais os riscos que se correrão durante os próximos tempos se este governo não modificar a sua atitude perante a realidade açoriana.

O acto de fazer política nos Açores exige maior responsabilidade e mais seriedade quando se joga o futuro de um Povo que ainda está

abandonado, que ainda não viu os seus mais elementares problemas resolvidos, e que clama, justamente, por uma mudança.

Este governo, que é o governo do nosso descontentamento, não se enquadra na dinâmica da história recente, numa história aliciante, em que também participamos, e que se caracteriza pelas modificações profundas e generalizadas nos comportamentos políticos e sociais, em todas as áreas geográficas do nosso planeta.

O nosso tempo é tempo de mudança!

Até nos sistemas mais rígidos - desde os que exibem um substracto ideológico materialista até às sociedades onde se afirma autoritariamente conceitos fundamentalistas de cariz religioso ou tribal - surgem sintomas evidentes de que o Homem resistirá sempre à opressão, à imutabilidade, porque "o Homem é o agente principal da evolução natural", parafraseando o grande humanista Teilhard de Chardin.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Os ventos de mudança sopraram forte a 9 de Outubro. O Povo dos Açores está em sintonia com as dinâmicas sociais e políticas que marcam decisivamente este final de século. O Povo dos Açores quer também caminhar para um estágio mais avançado da sua situação social e económica e já manifestou essa intenção sem sombra para dúvidas.

Usando a trilogia que segundo pensadores caracteriza o estado sociológico de um povo, diria que o Povo dos Açores quer ser cada vez menos um Povo tribal e deseja reforçar as componentes sociológicas referentes aos valores da urbanidade e do tecnopolitismo.

É numa sociedade secular que temos de afirmar os valores humanistas tão apregoados e tão pouco compreendidos.

Mas não é para apoiar a opção programática do PSD sobre o Humanismo que agora o refiro. Aliás, para se discutir a sério este programa de governo, teríamos mesmo de analisar os fundamentos filosóficos e metafísicos deste conceito para percebermos que tipo de Humanismo defende de facto o PSD.

Será uma discussão que não farei aqui.

Faço, todavia, votos de que os pressupostos humanistas não evoluam para substanciar tentações Maurasianas, infelizmente possíveis face ao estatismo político que o PSD exhibe ao resistir à onda de mudança que contagia todos os Povos da Terra e tem expressão nítida na nossa Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista encara com realismo a situação dos Açores e os anseios do seu Povo. O trabalho que vimos desenvolvendo em contacto íntimo com as populações de todas as ilhas e

a representatividade adquirida nas últimas eleições regionais conferem-nos autoridade suficiente para sermos porta-vozes do descontentamento que grassa em todas elas. Seremos, no exercício das nossas funções, firmes defensores daqueles que, aderindo ao nosso projecto, aguardam dias melhores para bem de todos.

A realidade açoriana é bem diferente do quadro triunfalista e irreal que o PSD e o IV Governo nos descrevem.

Vive-se pior nos Açores e não se vislumbram, neste Governo, as condições mínimas para que se realizem as alterações estruturais de que carece a Sociedade Açoriana.

Estamos perante um Governo velho, com um líder esgotado.

Os poucos elementos de renovação que foram introduzidos, não poderão deslocar o centro de gravidade da actuação deste Governo, até porque as mudanças mais evidentes dizem apenas respeito a acertos de poder interpartidário e assentam no alinhamento dos sucessores potenciais à cadeira de Mcta Amaral.

O PSD persiste no erro que o conduziu à derrocada eleitoral de 9 de Outubro passado. Constituiu um governo voltado para dentro de si próprio, e continuará a fazer política sem estratégia, atendendo exclusivamente às solicitações avulsas que a respectiva clientela dele exige, perpetuando assim o descrédito das instituições autonómicas.

Fazemos por isso um último apelo.

Tentem, ao menos, governar os Açores.

Para tanto terão de abandonar o uso sistemático do eleitoralismo governamental. Terão de apostar em servir todo o povo dos Açores, especialmente os mais desprotegidos e atender às carências das ilhas mais abandonadas.

Terão de ter a coragem política de admitir os erros acumulados em 12 anos de governação.

Terão de praticar uma política nova através de um relacionamento dialogante com todas as forças representativas da nossa sociedade por forma a estreitarem-se os laços de solidariedade entre todos, nesta caminhada colectiva, que ainda é de aprendizagem e como tal deve ser conduzida com cautela e muita humildade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Secretários Regionais:

Não posso terminar sem deixar uma palavra de esperança.

As virtualidades da Democracia e do Regime Autonómico ainda não se encontram esgotadas.

Pela parte que nos diz respeito, como o maior partido da oposição, tudo faremos por apertar os elos que nos devem unir para vencermos os grandes desafios que o horizonte próximo nos mostra.

Vamos mobilizar esforços e vontades que criem novas dinâmicas sociais e económicas, organizando

novas oportunidades e soluções que conduzam à dignificação da vida do açoriano, desde o mais jovem ao mais idoso.

Apostamos no presente porque queremos mudar o futuro; um futuro onde cada açoriano sinta orgulho em viver na sua terra, onde as famílias se mantenham unidas, onde as oportunidades de trabalho e emprego permitam a fixação das nossas populações e o retorno daqueles que foram obrigados a procurar melhores condições de vida fora da terra natal.

Um futuro - que desejamos próximo - onde a Escola, em todos os seus níveis, forme cidadãos responsáveis e competentes e, num âmbito que decerto compreenderão, para que não pareça utópico, um dia descobramos que podemos ter um Prémio Nobel na Economia, na Matemática, ou em qualquer outra área da actividade humana.

Um futuro sem pobreza, sem açorianos de 1ª ou de 5ª espécie, estes vivendo em condições indescritíveis e desumanas, para que nos possamos considerar parte integrante do mundo civilizado.

Um futuro onde a protecção dos direitos do cidadão à saúde seja integralmente respeitada.

Um futuro, em suma, de progresso social e económico que torne irreversível a conquista principal do Povo Açoriano: A Autonomia ao serviço do bem estar e da dignificação do Homem.

Disse.

(Aplausos e vozes do PS: Muito bem! Muito bem!)

Presidente: Para uma intervenção final, tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

Deputado Borges de Carvalho (PSD): Sr. Presidente, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional, Sr^{as}. e Srs. Deputados:

O Programa do Governo é um programa de trabalho apresentado perante o Parlamento, individualizador dos fins e tarefas que o Governo se propõe realizar em conformidade com a Constituição, com o Estatuto Político-Administrativo, durante os próximos quatro anos.

De acordo com a Constituição, do Programa do Governo deverão constar as principais orientações políticas e medidas a adoptar ou a propor nos diversos domínios da actividade governamental.

Deve assim entender-se o Programa do Governo numa dupla perspectiva: como elemento essencial da investidura parlamentar do Governo e como estatuto base da actuação governativa na condução da política da Região.

Em termos estatutários o Governo é politicamente responsável perante o Parlamento Regional.

Ao aprovar-se o Programa do Governo estabelecem-se laços de responsabilidade política entre o Governo e o Parlamento. Está o Parlamento a emitir um juízo de conformidade sobre o mesmo e está a transferir para um segundo momento

a acção fiscalizadora.

Efectivamente, a execução do programa do Governo deve ser acompanhada pelo Parlamento, para que, no seu decurso, seja aferida a sua conformidade ou desconformidade com o que agora se analisa.

Na aprovação do Programa do Governo há a salientar dois princípios em que deve assentar a prática governativa que são: solidariedade interna e colegialidade.

Por solidariedade deve entender-se a obrigatoriedade, para todos os membros do Governo, de nas suas decisões e actuações se pautarem pelas **orientações fixadas no Programa do Governo e pelas decisões tomadas em Conselho do Governo.**

A colegialidade implica a **prevalência** do Conselho do Governo na **definição das linhas gerais da política governativa** e das **orientações fundamentais da função executiva.**

O Programa do Governo, na medida em que define os objectivos a atingir, é ainda necessário para encorajar e estimular a vontade e imaginação dos indivíduos e dos organismos intermediários na busca dos meios adequados às finalidades propostas. Pertence ao poder público escolher e, em certos casos, impor, os objectivos a atingir e é a ele que compete estimular todas as forças conjugadas nesta acção comum.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este Programa do Governo, porque é Social Democrata, procura reduzir desigualdades, combater discriminações, libertar o homem da servidão, torná-lo capaz de, por si próprio, ser o agente responsável do seu bem estar material, progresso moral e desenvolvimento espiritual.

Falar em desenvolvimento, é com efeito preocupar-se tanto com o progresso social como com o crescimento económico. Não basta aumentar a riqueza comum, para que ela seja repartida equitativamente. Não basta promover a técnica para que entre nós haja mais humanismo.

Com efeito a economia e técnica não têm sentido se não em função do homem, ao qual devem servir.

Este Programa de Governo visa a realização do homem pela utilização das suas capacidades, a sua valorização em todos os aspectos essenciais, a sua participação na determinação dos destinos colectivos da sociedade.

Defende a igualdade de oportunidades, assegurando os direitos que a tornam efectiva.

Reconhece a livre iniciativa e o funcionamento dos mecanismos do mercado como a melhor forma de preservar a liberdade dos indivíduos, conseguir maior eficiência na afectação dos recursos, estimular a produção, favorecer a modernização e realizar o progresso material.

Voze. do PS: Muito bem! Muito bem!

Está-se, portanto, perante um programa originado no e destinado ao homem açoriano, para que todos sintam e saibam que se é açoriano por opção positiva e construtiva e não por fatalismo.

Porque se está perante um programa voltado para a pessoa a sua primeira prioridade é a educação.

Sabe-se que a libertação do homem começa pela educação.

Com efeito é pela educação que se conseguirá o cidadão participativo, o pai de família, o trabalhador, o empresário, numa palavra - O HOMEM AÇORIANO - apto a integrar-se na moderna sociedade.

Por isso se apoia decisivamente a extensão da pré-escola e se dá grande ênfase ao ensino técnico-profissional, promovendo-se assim uma formação mais completa dos jovens.

Na juventude depositamos não só a nossa esperança como ainda a nossa confiança.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Muito bem!

O Orador: Apostando na educação está-se valorizando e perspectivando o substrato da autonomia que é a cultura identificadora do povo que somos.

Na área cultural temos perfeita consciência que ao sector público cabe apenas criar condições de liberdade para uma efectiva participação dos cidadãos.

Para concretizar tão almejados objectivos estamos certos que este Governo tem condições humanas e políticas necessárias.

Ao apostar e ao acreditar no indivíduo o Governo terá de esforçar-se de modo especial para melhorar a qualidade de vida.

É necessário olhar para a natureza, que mais não fosse para descobrirmos o que de belo ela contém e para não permitirmos que sejamos nós os seus destruidores.

Não será descabido constatar o que muitos de nós concluem após saírem dos Açores: foi necessário essa saída para avaliar correctamente o extraordinário bem que possuímos ao dispor de um ambiente natural ainda não poluído.

A nossa natureza merece que a respeitemos e a qualidade de vida dos açorianos depende desse respeito.

O Programa do Governo concilia o progresso social com o necessário crescimento económico.

Efectivamente este tem, infelizmente, de ser uma preocupação dominante e constante.

De facto, encontramos-nos numa situação muito débil perante os espaços económicos em que nos integramos consciente e voluntariamente, porque pretendemos padrões de vida similares aos ali existentes. Tal situação impõe que se programe grandes acções nos sectores da agro-pecuária, pescas, turismo e habitação.

No sector agro-pecuário acções que levem

à sua modernização.

É inegável a aptidão da nossa Região para este sector. É no entanto estritamente necessário fazer um esforço muito grande de investimento, nomeadamente dotando-o de rede de caminhos de penetração; de rede de água e rede eléctrica.

Muito há também a fazer neste sector em investigação, formação e apoio técnico.

Nas pescas podemos dizer que existem tantas potencialidades, umas conhecidas e outras a descobrir, quão vasta é a sua zona económica exclusiva.

Há pois que acreditar na classe piscatória e por isso há que investir em formação e em investigação.

Foi a altura de este Programa do Governo considerar o turismo um sector eleito, porquanto concebido em termos integrados e não espartilhado, com reflexos positivos na resposta ao emprego, à absorção parcial dos nossos produtos e ao enriquecimento cultural.

Este Programa do Governo, porque social democrata, tinha de dar um realce especial ao problema da habitação.

Efectivamente não é possível a realização humana sem habitação. Não é possível falar em família sem habitação.

Merece toda a nossa concordância que o Governo faça tudo por tudo para que, em prazo razoável, seja possível a cada família açoriana possuir habitação própria.

Temos consciência que a concretização das acções deste programa implica um esforço muito grande em termos humanos, técnicos e financeiros.

Problemas estes que serão, porém, equacionados no Plano a Médio Prazo, que o Governo agora elaborará e dentro de pouco tempo apreciaremos.

Este Programa do Governo porque coloca o Homem no centro do processo de desenvolvimento, porque valoriza a participação individual no projecto colectivo, é um programa exigente, audacioso e aliciante.

É exigente porque implica diálogo, solidariedade, espírito de compreensão, sacrifício e altruísmo.

Audacioso porque, respeitando o indivíduo, propõe-se promover o crescimento económico.

Prometedor porque se propõe levar a efeito desenvolvimento, conciliando-o com o respeito pelo ambiente.

Aliciante porque, constituindo um desafio difícil, é dos açorianos e para os açorianos.

Este Programa do Governo será objecto do nosso juízo de conformidade porque assim o merece o Povo dos Açores.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção final, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais, Srs. Deputados:

Durante estes dias de trabalho debatemos com profundidade o Programa do Governo.

O Governo é um Governo novo, que traz as suas propostas, as suas intenções, à consideração do Parlamento. No entanto, o Presidente do Governo Regional teve a responsabilidade dos executivos anteriores e o Partido Social Democrata mantém as responsabilidades governativas e assume estas responsabilidades face à sua gestão de 12 anos, que são a garantia de mais 4 anos de progresso.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Muito bem!

O Orador: Não temos a este respeito a visão catastrófica dos partidos da oposição, que, olhando talvez de longe a realidade açoriana, pensam que estamos ainda aqui em estado tribal.

Nós somos uma sociedade que avança no caminho do progresso; demos um salto qualitativo enorme desde 1976, altura em que arrancaram as nossas novas instituições autonómicas democráticas. Quase não se conhecem os Açores - isto para quem nos pôde acompanhar atentamente num trabalho sem descanso ao longo destes 12 anos.

O Partido Social Democrata, tomando a responsabilidade governativa dos Açores em condições extremamente desfavoráveis, fez com que todas as nossas ilhas pudessem ultrapassar as suas carências antigas e aproximar-se dos níveis e da qualidade de vida a que aspiram os homens e as mulheres no final do Século XX. Esta é uma tarefa cujo crédito cabe ao Partido Social Democrata e da qual, manifestamente não estamos dispostos a abdicar, mediante os espantinhos miríficos que os partidos da oposição aqui agitam.

O Partido Social Democrata e o Governo que o Partido Social Democrata apoia, no seguimento da sua experiência sempre criativa e inovadora, têm para os próximos 4 anos novas propostas, que foram dissecadas neste debate.

Foi um debate esclarecedor e foi um debate mobilizador.

Foi um debate esclarecedor porque, desta vez, foi feito em face da alternativa, ou melhor dito, da suposta alternativa que o Partido Socialista quis constituir perante o Povo Açoriano.

Tivemos aqui, para desespero de alguns dos Srs. Deputados da oposição, que até, a partir de certa altura, abandonaram os trabalhos - foi, para além da derrota, a debandada! -, a confrontação permanente com o vazio de ideias, as formulações abstrusas, terminando na confissão formal de que afinal aquele documento era um mero programa eleitoral e que se porventura o PS tivesse ganho as eleições traria aqui um

documento completamente diferente.

Deputado Martins Goulart (PS): Não apoiado!

O Orador: Foi exactamente isso que foi dito pelos responsáveis do Partido Socialista e que muito nos penalizou, porque nós, pelo contrário, apresentamos ao Parlamento o Programa que elaboráramos, com ampla participação, no período anterior às eleições e que difundimos, por todos os meios ao nosso alcance, durante a campanha eleitoral.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Ninguém o viu!

O Orador: Podemos, por isso mesmo, aparecer perante o Parlamento com a confiança que nos deu expressamente nas urnas o Povo Açoriano.

O nosso Programa é um Programa de progresso económico, social, cultural e político. Vamos também nesta frente batalhar. Não desistimos dos nossos objectivos, dos nossos propósitos de sempre: queremos realizá-los de uma maneira tranquila, que pelos vistos intranquiliza a oposição!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas este é um peso do qual a oposição se haverá de descartar; nós seguiremos em frente!

Vimos durante este debate que os partidos da oposição, em plena liberdade parlamentar e democrática, como seria, de resto, fundamental num debate desta natureza, trouxeram à colação as suas próprias considerações ou convicções fundamentais: o Partido Comunista defendeu as concepções totalitárias, embora aparecesse com a capa da defesa do diálogo; do CDS não vimos propostas construtivas, a não ser algumas considerações laterais e algum humor duvidoso; foi do Partido Socialista, isso sim, que nós enfrentámos as críticas mais acerbas, mas tivemos também a possibilidade e o gosto de proceder ao seu desmascaramento.

Arrombado, desta vez, o programa eleitoral, resta decerto ao Partido Socialista a sua função de oposição democrática - que é a que lhe conferiu o Povo Açoriano em eleições - e não a tarefa e o encargo de atacar e insultar o Partido Social Democrata e os seus responsáveis, como neste período após as eleições e até ao debate de hoje vimos praticar. Pelos vistos são agora outros os propósitos e com isso nos congratulamos, porque será decerto um motivo de prestígio das nossas instituições e nomeadamente desta Assembleia Regional.

O debate foi também - como disse há pouco - moralizador e mobilizador, porque demonstrou, com toda a clareza, que os responsáveis do Governo Regional estão preparados para as tarefas que têm diante de si, têm um conhecimento profundo - isto ficou aqui bem demonstrado! - dos assuntos que cabem a cada um dos departamentos e têm ideias, propostas, **fibra humana**, para levar

por diante o Programa do Governo apoiado pelo Partido Social Democrata. Por isso, o Governo vai trabalhar.

O nosso compromisso com o Povo Açoriano é um compromisso de progresso.

Este é um Governo de combate e na tribuna do Parlamento fica também, para defender as posições do Projecto Social Democrata para os Açores, um Grupo Parlamentar de combate...

Deputado Fernando Fonte (PSD): Certamente!

O Orador: ... - como aqui ficou bem demonstrado também ao longo destes dias - que desbaratou os partidos da oposição...

(Risos do PS)

O Orador: ...e que, por isso mesmo, dá ao Governo a garantia de poder trabalhar com entusiasmo, com dinamismo, sempre em frente.

Agora, ao apresentar, numa habilidade de última hora, uma Moção de Rejeição do Programa do Governo perante o Parlamento, o Partido Socialista pretende repetir a prova, da qual já teve o resultado em eleições e durante o debate! Felizmente no Parlamento há sempre o recurso à segunda época, ao adiamento das provas...

(Risos do PSD)

O Orador: ...e nós vamos uma vez mais testar qual é a vontade da representação maioritária do Povo Açoriano!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Se da próxima vez o debate do Programa do Governo for feito antes das eleições, não teremos de enfrentar aquilo que - citando uma alta personalidade - se pode qualificar hoje como um equívoco!

Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e Governo)

Presidente: Srs. Deputados, tendo sido apresentada uma Moção de Rejeição do Programa do Governo, nos termos regimentais, vamos interromper os nossos trabalhos por 1 hora.

(Eram 11.15 horas)

Presidente: Srs. Deputados, peço a vossa atenção para o recomeço dos nossos trabalhos.

(Eram 12.15 horas)

Vamos proceder à votação da **Moção de Rejeição do Programa do IV Governo Regional dos Açores**, apresentada pelo Partido Socialista.

Declaro que usarei o meu direito de voto.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Moção de Rejeição façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstiveram também podem fazer o favor de se sentar.

Secretário: A Moção de Rejeição apresentada pelo Partido Socialista foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 22 votos favoráveis do PS, 1 voto favorável do PCP e 2 abstenções do CDS.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Votámos a favor desta Moção de Rejeição porque consideramos que é importante salientar o equilíbrio existente nesta Câmara entre o Partido que sustenta o Governo e o conjunto da oposição. Gostaria mesmo de acrescentar que se o meu Partido tivesse o número de deputados que a lei exige teríamos apresentado uma Moção de Rejeição, mas tê-la-famos precedido de um conjunto de diligências com todos os Partidos da oposição no sentido de, através do diálogo, assegurar a eficácia da votação dessa moção. Entretanto o Partido Socialista, pelo menos no que a nós diz respeito, optou por pôr de parte qualquer perspectiva de informação ou diálogo. Apesar disso, decidimos dar o nosso voto favorável à Moção de Rejeição porque entendemos que a eficácia política de uma atitude deste tipo não é assegurada em exclusivo por nenhum Partido isoladamente, sendo pois importante sublinhar, perante o Povo dos Açores, que só a conjugação das forças e dos votos da oposição, de toda a oposição, faz sentido.

O Partido Comunista Português está contra o Programadeste Governo, está contra a política deste Governo, trabalha e trabalhará empenhadamente no sentido do descontentamento se transformar em acção política, contrária à política ainda dominante.

Votando favoravelmente a Moção de Rejeição proposta pelo Partido Socialista estamos a demonstrar, uma vez mais, a nossa inteira disponibilidade para cooperar no sentido de serem encontrados os caminhos que levem às transformações profundas que os Açores precisam e os açorianos merecem.

Esperamos que todas as forças da oposição consigam ter disponibilidade semelhante, porque só assim será encontrado tal caminho.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles para uma declaração de voto.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Centro Democrático

Social absteve-se relativamente a esta matéria na medida em que, para além das fundamentadas críticas que apresentou ao Programa do Governo e da legítima suspeita da sua incapacidade para atingir os principais objectivos a que se propõe, entende que não deve pôr em causa, pela via da votação do programa, a não investidura governamental, dado que, quer se queira ou não, este foi o Governo que resulta da escolha popular efectuada nas últimas eleições.

Não pode, porém, o Grupo Parlamentar do Centro Democrático Social deixar de reafirmar que adoptará desde já uma postura de acompanhamento crítico de toda a acção governativa numa perspectiva de oposição, firme, frontal mas dialogante.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa para uma declaração de voto.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É uma brevíssima declaração de voto.

- A moção de rejeição que o Partido Socialista apresenta não é mais que o reflexo do seu próprio programa que apresentou ao eleitorado: desconexo, desinserido da realidade, desconhecedor do que temos e do que somos.

- O Programa do Governo contempla todos os sectores da actividade regional, promove a unidade regional, promovendo o desenvolvimento da Região, tendo como objectivo último a realização da pessoa humana e do bem comum.

- A posição do Partido Social Democrata releva ainda da confiança que lhe merece o Governo que agora recebe a sua investidura parlamentar e a sua capacidade para concretizar este programa que agora apresenta.

Resulta assim que a nossa posição se traduz pela afirmação, pela positiva, pela esperança.

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais declarações de voto, passamos à votação do Programa do Governo.

Declaro também que votarei com o PSD.

Os Srs. Deputados que concordam com este Programa façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstiveram façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa do IV Governo Regional dos Açores foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 22 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 2 abstenções do CDS.

Presidente: Srs. Deputados, antes de passarmos ao ponto nº 2 da Ordem do Dia...

O Sr. Deputado Paulo Valadão pede a palavra para?

Deputado Paulo Valadão (PCP): É para uma

declaração de voto.

Presidente: Sr. Deputado, tinha ficado entendido, na reunião da Mesa com os Presidentes dos Grupos Parlamentares, que não haveria declarações de voto.

De forma que, antes de entrarmos na discussão do 2º ponto da Ordem do Dia, pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e ao Sr. Deputado Valadão que fizessem o favor de vir aqui à Mesa para podermos combinar uma questão.

(Pausa)

Presidente: Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos com o ponto nº 2 da Ordem do Dia, que é uma **Proposta de Decreto Legislativo Regional que altera o Orçamento e o Plano para 1988.**

Pergunto ao Sr. Presidente do Governo Regional se o Governo pretende apresentar esta matéria.

(Afirmativa do Sr. Presidente do Governo Regional)

Presidente: Tem então a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento para fazer a apresentação.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Incumbe-me esta tarefa de apresentar o Orçamento Rectificativo para o ano de 1988.

Infelizmente não foi possível levar o Orçamento que foi aprovado nesta Câmara e reforçar até ao fim, porque houve algumas alterações do ponto de vista da despesa e também da receita que não estavam previstas na proposta orçamental apresentada nesta Câmara.

Por conseguinte, esse Orçamento Rectificativo justifica-se em consequência de um agravamento da despesa corrente, sobretudo, resultante da aplicação de alguns diplomas do Continente, da actualização de alguns vencimentos e reclassificação de algum pessoal - isto do ponto de vista do agravamento do lado da despesa. Esse agravamento corresponde sensivelmente a mais 1 milhão e meio de contos, mais concretamente, 1 milhão quinhentos e cinquenta e um mil contos do lado das despesas correntes e mais de 100% desse agravamento resulta exactamente de dois grandes sectores: o sector da saúde e o sector da educação.

- Como é que nós tentámos compensar esse agravamento sem recorrer a empréstimo ou ao reforço do empréstimo, já que essa era a opção que (embora eu não tenha participado nessa discussão) parece que estava vedada ao Governo e, além do mais, não fazia assim grande sentido, atendendo ao fim do ano e ao facto de "governo novo, vida nova"?

- Tentou-se equilibrar no Orçamento esse agravamento da despesa com o recurso essencialmen-

te a alguns cortes, minimamente penosos, nas despesas de capital e nas despesas do Plano.

Em relação às despesas do Plano também se optou por reduzir ao mínimo esses cortes. Esses cortes representam exactamente 571 mil e quinhentos contos; desses 571 mil e quinhentos contos, parte representam encargos da dívida que a Região tinha com o sector habitacional, nomeadamente em termos de amortização da dívida.

Relativamente às despesas de capital, houve um desagrevamento da despesa da ordem dos 230 mil contos. Também aqui, desses 230 mil contos, o que ficou foi as bonificações com o parque habitacional e, sobretudo, as bonificações de juros resultantes - e, por conseguinte, que eram encargo da Região - com as tarefas da reconstrução não vão ser pagas. Portanto, o que é que vai acontecer? - Nós estamos neste momento a renegociar com o Banco de Portugal um reescalonamento dessa dívida, no sentido de passá-la de curto para médio e longo prazo e se possível acabar mesmo com ela, porque de facto isto é uma dívida proveniente de uma situação de catástrofe. Ela vai ser assumida, mas nós estamos a tencionar realmente, ou reescaloná-la no tempo, dilatando os prazos, ou então mesmo negociar para a eliminar, à semelhança do que se tem feito em outras situações.

Tenho dito.

Presidente: Os Srs. Deputados que pretendam algum esclarecimento sobre esta apresentação façam o favor de se inscrever.

Não havendo pedidos de esclarecimento, a Mesa declara aberta a discussão na generalidade sobre esta proposta de decreto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta que o Governo nos apresenta vem, no nosso entender, demonstrar mais uma derrota que o PSD teve este ano, porque, pela primeira vez, o PSD anunciou nesta Câmara que as receitas correntes iriam cobrir as despesas correntes - isto foi anunciado aquando da discussão deste Orçamento nesta Câmara e considerado uma grande vitória no ano de 88.

Acontece que de facto as receitas correntes são de 20.449.950 contos e as despesas vão para os 21.105.810 contos, o que significa que se mantém na Região a situação que se vinha verificando, que é as receitas correntes não cobrirem as despesas correntes.

É igualmente significativo para nós que - como o Sr. Secretário acabou de anunciar - tenha-se de recorrer à diminuição das despesas do Plano em mais de meio milhão de contos para permitir esta cobertura, pois quando fizemos a discussão deste Orçamento o Sr. Secretário

Regional das Finanças garantiu a esta Câmara - por perguntas do PS - que não haveria problemas com questões salariais no ano de 88 porque havia a verba disponível na Secretaria Regional das Finanças. Portanto, nós de facto não percebemos por que acontece agora esta situação.

Também não podemos deixar de apontar que, dos 66 Programas que constam do Plano, nos venham propor alterações em 23, quando nós também, no decorrer do debate que se efectuou na altura, apresentámos 49 alterações e nenhuma delas, por parte do PSD ou do Governo Regional, tinha aceitabilidade.

Salientaria ainda que, das 23 propostas alteradas, uma delas irradia completamente um programa, seis alteram em 50% ou mais 6 programas, 11 alteram em mais de 25% programas, 17 em 10%, 21 em mais de 6% - a inflação prevista para este ano -, o que nos parece que de facto nem chega a ser "um remendo novo numas calças velhas", razão pela qual o Grupo Parlamentar do PS vai continuar, em consonância com a sua decisão aquando da apresentação do Orçamento e do Plano, a votar contra esta alteração.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Muito bem!

Presidente: Continua à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Apenas uma ligeira declaração sobre este assunto.

Trata-se da revisão de um Orçamento e de um Plano dos quais, fundamentalmente, discordamos.

Seria interessante apurar-se com pormenor o sentido das alterações de verbas. Pode no entanto dizer-se que, no que toca às despesas, as dificuldades de execução do anterior Governo estão na base de muitas das alterações.

Muitas das alterações propostas estão já realizadas na prática. Pensamos, por isso, não fazer sentido corrigirem-se aspectos que porventura já estão feitos ou desfeitos.

Pela nossa parte, e pelas mesmas razões que o fizemos quanto à aprovação do Plano e Orçamento para 1988, vamos votar contra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Tal como o Sr. Secretário das Finanças referiu na sua explicação à Câmara, a presente proposta de alteração, na nossa perspectiva, resulta de facto de acertos finais relacionados com o decurso da execução do Plano e dos Orçamentos Regionais.

Há de facto isso nalguns programas, no que

respeita ao Plano (tenho, por exemplo, aqui à minha frente o Programa nº 7 - "Defesa e valorização do património cultural"), mas, como aqui já foi dito, até haverá outros em que as verbas que agora são afectadas a novos fins representam, na verdade, valores significativos relativamente à dotação inicial inscrita, o que, a nosso ver, justificaria uma informação mais detalhada sobre a forma como os objectivos preconizados para esses respectivos programas não foram atingidos.

De resto, na nossa perspectiva esta Assembleia Regional está na verdade, mais uma vez, altamente prejudicada para poder analisar, de forma capaz e plena, esta matéria - não pelo facto desse documento não vir minimamente informado, para um documento dessa natureza e com as limitações em que ele é apresentado, mas sim pelo facto do Governo Regional não ter informado atempadamente esta Casa relativamente à forma como o Plano Regional tem vindo a ser executado.

Como todos os Srs. Deputados sabem, esta matéria relacionada com as informações quanto à execução do Plano chegou a merecer, nesta Região, ainda há bem pouco tempo, um cuidado relativo por parte do Governo Regional.

Infelizmente - temos que registar aqui mais uma vez, tal como o fizemos o ano passado - parece que esta matéria caiu definitivamente no esquecimento do Governo e, segundo creio - e permitia que me corrigissem se for caso disso - a última informação disponível sobre a execução do Plano, ou melhor, o último relatório referente à execução do Plano que se encontra publicado - repito - julgo referir-se a Agosto de 87. Portanto, nem o relatório anual de 87 está publicado - pelo menos não tenho presente que isso tenha acontecido.

Ora, sob o ponto de vista do acompanhamento do Plano, julgo que é a situação mais grave que até hoje aconteceu na Região Autónoma dos Açores: um desfasamento superior a um ano em relação à execução. Aliás, julgo que a maior parte de nós estávamos já convictos disso, mas, para aqueles que eventualmente ainda não acreditavam, isto demonstra claramente: por um lado, falta de respeito por parte do Executivo relativamente às competências do Parlamento; por outro lado, impossibilita de todo que a Assembleia Regional leve por diante a sua função de acompanhamento e fiscalização da acção do Executivo.

Poderíamos dizer muito mais sobre isso, mas não estamos aqui a analisar essa matéria especificamente. Todavia, parece-nos indispensável deixar aqui mais esta prova provada de que desta maneira não se pode trabalhar.

Não é correcto que o Governo continue a cometer falhas num domínio fundamental como este e é também inadmissível que este Parlamento continue

permitindo esse tipo de situações.

Fazemos um último voto - e que já vem na sequência de muitos outros: que de uma vez por todas se introduza uma relação correcta, sob os pontos de vista político, técnico e temporal, entre as obrigações do Governo perante esta Casa.

E dito isto, parece-nos inquestionável que esta Assembleia não está de facto em condições de poder ter um juízo devidamente aprofundado sobre esta matéria, mas, porque - como aqui referi - também temos consciência que a maior parte dessas alterações são de rotina, numa perspectiva de balanço final a uma execução, as críticas, técnicas e políticas, que temos a fazer vamos reservá-las para uma melhor altura, que será eventualmente a discussão do próximo Plano e Orçamento e, nomeadamente, a apreciação da Conta da Região relativamente ao ano de 87 - isto para já - e depois, quando chegar lá, ao ano de 88. E aqui também chamo a atenção para o seguinte: que eu saiba o documento da Conta da Região ainda não deu entrada na Assembleia, ou melhor, se deu entrada na Assembleia ainda não chegou ao meu conhecimento. Temos em consideração o facto de ter havido um período eleitoral e tudo isso, mas, como compreendem também, estamos ansiosos para ter conhecimento desse instrumento, que é fundamental para apreciar a política do Executivo.

Finalmente, queria também aqui referir só um aspecto da introdução avançada pelo Sr. Secretário Regional, ao fazer referência aos encargos financeiros com a dívida assumida em função dos empréstimos para a habitação no âmbito da reconstrução.

- O Sr. Secretário referiu que essa dívida estaria a ser objecto de reescalamento ou de renegociação e até - por que não - julgo que deixou indiciado a ideia de um perdão ou coisa do género!

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Why not?

O Orador: "Why not" - diz o Sr. Presidente. Why not?!

Agora, eu, como Deputado, estou muito preocupado com o facto da Região ter ou não capacidade de vir a satisfazer os encargos decorrentes, no que toca à mesma, Estou preocupado com isso, mas queria também, muito claramente, perante esta Câmara, chamar a atenção para o seguinte facto:

É que infelizmente não é só o Governo Regional que sente que a satisfação desses encargos lhe poderá pesar no seu Orçamento, pois neste momento as populações das ilhas sinistradas estão de facto a passar também - algumas delas - por situações de grande ruptura, de incapacidade

de satisfação dos encargos assumidos. Tenho mesmo informações de que o número de processos já em contencioso ultrapassa o meio milhar e, se considerarmos os que estão em via de entrar nessa fase de contencioso, pode-se já estimar, a breve prazo, na ordem de um milhar de processos, que afectam, por conseguinte, mil famílias açorianas, que a curto prazo vão ter o dilema - uma série delas - de emigrar ou então, em conjunto com o nosso Governo, encontrar uma solução para a sua situação.

Não vamos aqui apreciar os motivos que estão na base de alguns desses problemas de incapacidade de satisfação...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): É melhor não ir por esse caminho!

O Orador: ...porque infelizmente há situações que já se adivinhava que poderiam ser difíceis para alguns dos sinistrados.

O facto é que, tal como o Governo agora sente o peso desses encargos, as famílias açorianas também estão sentindo o peso dos encargos que lhes tocam.

Era uma mera reflexão que deitava a esta Câmara, porque infelizmente julgo que a breve trecho vamos ter que reflectir sobre essa grave situação social.

Neste quadro, e porque a nossa diferenciação de pontos de vista relativamente ao Plano e ao Orçamento foram na altura própria apresentadas a esta Câmara, infelizmente também - sem termos as informações totais, como foi dito - receamos que a execução que o Governo deu, através desses dois documentos, não tenha alterado as dúvidas que persistiam na altura da respectiva aprovação e vamos-nos abster relativamente a esse instrumento técnico que o Governo agora nos apresenta.

Presidente: Continua à discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O primeiro ponto que eu queria deixar aqui à reflexão dos Srs. Deputados prende-se com a intervenção do Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Gostei de ouvir a sua explicação. Eu também sou um homem apaixonado pela matemática e vi que andou a fazer umas percentagens.

(Risos do Presidente do Governo Regional)

O Orador: Enfim, a matemática é de facto um instrumento analítico poderosíssimo...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...e realmente eu folguei e tomei nota. Registei isso!

(Risos do Presidente do Governo Regional)

O Orador: Relativamente a questões de fundo, eu também partilho dessa preocupação. Acho que a Assembleia Regional tem que ser devidamente informada.

Suponho que esse último ano foi um ano com alguns problemas do ponto de vista logístico e por conseguinte o Governo vai cumprir com essa promessa.

Já estamos a trabalhar nesta área, no sentido de fazer um levantamento exaustivo relativamente ao relatório de execução e, atempadamente, vamos criar as condições para que venhamos a cumprir com essa nossa obrigação e com esse nosso dever.

Relativamente às alterações dentro do Programa - e como referia ali o Sr. Deputado -, há algumas que são razoáveis, no entanto, eu suponho que são acertos mais de natureza técnica, do que outros.

Evidentemente que, na leitura dos números, para algumas pessoas 5 ou 10 mil contos podem ter mais significado do que para outros 50 milhões de contos. Conheço e percebo bem a relatividade dos números.

Contudo, muitas dessas alterações têm a ver com acertos de natureza técnica e ajustamentos pontuais e posso garantir que, embora a nossa disponibilidade de tempo não fosse a maior para tratarmos isso - até porque tomámos posse nem sequer há um mês -, o certo é que se procurou minorar os prejuízos que pudessem advir desses ajustamentos - isso foi tido em consideração.

Era isto que eu queria dizer.

Obrigado.

Presidente: Continua à discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

Deputado Borges de Carvalho (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Partido Social Democrata vai aprovar a alteração que está presente à Assembleia Regional pelas seguintes razões:

- Em primeiro lugar, porque tem em conta todo o circunstancialismo que rodeou o ano de 88 e em que esta proposta de alteração é feita, nomeadamente, estando perante o fim de um mandato e o início de um novo mandato;

- Em segundo lugar, porque o aumento de receita para fazer face a essa mesma despesa, que está presente, tem um grande significado no que respeita ao aumento de receita corrente, porquanto foi resultado certamente, em grande parte, do imposto profissional sobre o funcionalismo público;

- Em terceiro lugar - e parece-nos que não é menos importante - porque traduz tão só uma alteração de 2,21% do Plano aprovado pela Assem-

bleia Regional. E mais: destes 2,21%, 1,95% é da Secretaria Regional das Finanças - o que portanto não significa redução do investimento - e, concretamente, no que respeita ao investimento temos apenas 0,26%.

Pese embora as circunstâncias e a situação, oxalá que continue a existir uma redução destas, porque significa que a execução do plano de investimento é muito boa, o que nós achamos que é bastante satisfatório em termos das circunstâncias que se viveram no ano de 1988.

Pensamos também que é importante - e registamos com satisfação e como nota positiva - o compromisso do titular da Secretaria das Finanças em facultar os elementos que estão e se consideram relativamente em atraso.

Pensamos que estamos a fechar um capítulo e a dar início a outro e creio que todos estamos empenhados na dignificação não só dos órgãos de Governo próprio da Região, mas fundamentalmente do Parlamento Regional.

Presidente: Continua à discussão.

Não havendo mais intervenções, vamos votar.

Declaro que votarei com o Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstiveram façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta foi aprovada com 26 votos a favor do PSD, registando 21 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 2 abstenções do CDS.

Presidente: Passamos então à especialidade.

Como não há na Mesa propostas de alteração para nenhum dos artigos, dispensarão certamente a leitura dos mesmos.

Assim sendo, fica à discussão o artigo 1º.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 1º façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstiveram façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado com 26 votos a favor do PSD, registando 21 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 2 abstenções do CDS.

Presidente: Ponho agora à discussão os artigos 2º, 3º e 4º.

Não havendo intervenções, vamos votar conjuntamente estes artigos.

Os Srs. Deputados que concordam com estes 3 artigos façam o favor de se deixar estar

como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 2º, 3º e 4º foram aprovados com 26 votos a favor do PSD e 2 votos a favor do CDS registando 21 votos contra do PS e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos.

Nos termos regimentais, a Mesa da Assembleia Regional dos Açores apresenta uma **Proposta de Resolução** no sentido da Assembleia declarar findo o período legislativo de Novembro.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, estão encerrados os nossos trabalhos.

Muito boa tarde!

Boas Festas! Bom Natal e Feliz Ano Novo!

(Eram 12.50 horas)

(Deputado que entrou durante a Sessão: PSD - Borges de Carvalho).

DOCUMENTOS QUE ENTRARAM DURANTE A SESSÃO

MOÇÃO DE REJEIÇÃO

O Programa do IV Governo Regional em discussão na Assembleia Regional dos Açores contém omissões, indefinições, lacunas e insuficiências de ordem técnica e política que não permitem a fundamentada convicção de que, nos seus objectivos, medidas e acções, consiga solução satisfatória para as múltiplas necessidades e exigências com que a sociedade açoriana se encontra confrontada após 12 anos de governação da maioria regional do PSD.

Com efeito, o programa do IV Governo Regional:

a) Não respeita muitas das promessas eleitorais que o PSD apresentou ao povo açoriano na campanha para a Assembleia Regional.

Notório neste aspecto é o esquecimento de promessas feitas em sectores tão fundamentais como as Pescas e a Agricultura.

b) É claramente excessivo na multiplicidade de objectivos e sectores que considera sucessivamente prioritários ou de actuação urgente (educação, habitação, pescas, agricultura, turismo, qualidade de vida etc.) e parco em medidas para a consecução desses objectivos.

c) Na esteira de erros e perspectivas dos anteriores governos regionais do PSD, não consegue articular, de modo coerente

e global, as exigências da integração regional de cada uma das parcelas do Arquipélago e a sua inserção, concertada e negociada, no contexto nacional como, aliás, explicitamente é acautelado pelo Estatuto Político-Administrativo da Região, limitando-se, mais uma vez, a reclamar "novas modalidades de auxílio do Orçamento do Estado".

d) Revela a manifesta incapacidade do PSD em se adaptar às novas condições decorrentes dos resultados eleitorais de 9 de Outubro, persistindo, contra a história e contra os factos, na identificação abusiva entre o projecto do PSD e a Autonomia Constitucional dos Açores.

e) Não credita quem o fez, não orienta quem o terá de executar, não contém parâmetros precisos para quem o terá de acompanhar e fiscalizar.

Nestes termos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe ao Plenário da Assembleia Regional, nos termos do nº 3 do artigo 45º da Lei 9/87, de 26 de Março, a rejeição do Programa do IV Governo Regional.

Horta, Sala das Sessões, 14 de Dezembro de 1988.

Os Deputados do PS: Dionísio de Sousa, Francisco Sousa, Albano Pimentel, Ricardo Barros, Manuel Silveira Goulart.

PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

Nos termos do disposto nas alíneas a) e b) do artigo 229º e no artigo 234º, ambos da Constituição e das alíneas l) e m) do nº 1 do artigo 32º da Lei nº 9/87, de Março, a Assembleia Regional dos Açores decreta:

Artigo 1º

(Aprovação da Revisão do Orçamento)

1 - São aprovadas pelo presente Decreto Legislativo Regional:

a) As alterações ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 1988, constantes dos mapas I a IV em anexo;

b) As alterações nos programas do Plano para 1988, constantes do documento "Alteração do Plano para 1988, em anexo.

2 - Os documentos em anexo, respeitantes à revisão referida no número anterior, fazem parte integrante deste diploma.

Artigo 2º

(Execução das alterações ao ORAA)

O Governo Regional procederá à execução das

alterações ao Orçamento da RAA, de harmonia com o presente diploma.

Artigo 3º

(Vigência do Decreto Legislativo Regional nº 26/87/A de 31 de Dezembro)

Mantêm-se em vigor as disposições do DLR nº 26/87/A, que não forem contrariadas pelo presente Decreto Legislativo Regional.

Artigo 4º

(Efeitos)

O presente diploma produz efeitos a partir do dia 1 de Outubro do corrente ano.

Aprovado em Conselho, Horta, 12 de Dezembro de 1988.

O Secretário Regional das Finanças e Planeamento, Gualter José Andrade Furtado.

(Os documentos atrás mencionados encontram-se arquivados no respectivo processo).

O Redactor de 2ª classe: José Maria Dutra da Silva.